



Movimentos Estudantis e Didática da História: O Que Dizem (Ou Omitem) os Livros Didáticos?

Student Movements and the Didactics of History: What Do Textbooks Say (or Omit)?

Micael Weslei Cavalheiro Pereira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2767044000355380>

Júlia Silveira Matos

Professora Doutora em História do Programa de Pós-graduação em História – PPGH da FURG e coordenadora do LAPEDHI – Laboratório de Pesquisa e Ensino em Didática da História.

Rafaela Lima de Oliveira Guardalupi

Mestranda em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3108933244813773>

Resumo: Este estudo analisa a representação dos movimentos estudantis em livros didáticos de História do Ensino Médio, com base nos pressupostos da Didática da História. A partir de uma abordagem qualitativa, foram examinadas três coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) entre 2018 e 2022. A pesquisa evidenciou que os movimentos estudantis são representados de forma superficial, com pouca problematização e limitada articulação com os contextos históricos contemporâneos. Observou-se também uma escassez de conexões temporais que favoreçam a formação da consciência histórica dos estudantes. Conclui-se que os livros analisados ainda não exploram plenamente o potencial formativo da narrativa histórica relacionada aos movimentos sociais juvenis, o que compromete uma aprendizagem histórica crítica e significativa.

Palavras-chave: ensino de história; livro didático; movimentos estudantis; didática da história; consciência histórica.

Abstract: This study analyzes the representation of student movements in Brazilian high school history textbooks, based on the theoretical foundations of History Didactics. Through a qualitative approach, three textbook collections approved by the National Textbook and Teaching Material Program (PNLD) between 2018 and 2022 were examined. The study found that student movements are represented superficially, with limited critical engagement and little connection to contemporary historical contexts. The lack of temporal connections hampers the development of students' historical consciousness. The research concludes that the textbooks analyzed do not fully explore the educational potential of historical narratives related to youth social movements, which limits the possibilities for critical and meaningful historical learning.

Keywords: history teaching; textbook; student movements; history didactics; historical consciousness.

INTRODUÇÃO

Os livros didáticos constituem uma das principais ferramentas de ensino na educação básica brasileira, especialmente na disciplina de História. Esses

materiais não apenas transmitem conteúdos, mas também selecionam, organizam e legitimam determinadas narrativas históricas em detrimento de outras. Dentre os temas que compõem o ensino de História, os movimentos sociais ganham destaque como elementos formadores da consciência histórica e da cidadania. Contudo, é necessário questionar como esses movimentos são representados nos livros didáticos, sobretudo os movimentos estudantis, cuja atuação desempenhou papel relevante em diversos momentos da história recente do Brasil.

Este estudo tem como objetivo analisar a representação dos movimentos estudantis nos livros didáticos de História utilizados no Ensino Médio, investigando em que medida essas representações dialogam com os pressupostos da Didática da História. A partir de uma abordagem qualitativa, busca-se compreender se tais representações favorecem a formação da consciência histórica dos estudantes, promovem uma leitura crítica do passado e articulam temporalidades que possibilitem conexões com o presente e o futuro.

A escolha pelo enfoque nos movimentos estudantis justifica-se pela centralidade que esses grupos ocuparam em momentos como a resistência à ditadura civil-militar, as Diretas Já e as manifestações de junho de 2013, entre outros episódios. Ao investigar como esses eventos são apresentados nos manuais escolares, pretende-se contribuir para o debate sobre o papel do livro didático na mediação entre o saber histórico escolar e as experiências formativas dos jovens.

Este estudo se fundamenta nos aportes da Didática da História, especialmente a partir dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Jörn Rüsen (2001, 2010), que comprehende a consciência histórica como a capacidade de articular experiências do passado, interpretações do presente e expectativas de futuro. Segundo Rüsen, o ensino de História deve propiciar aos estudantes instrumentos para interpretarem criticamente a realidade histórica, desenvolvendo narrativas que façam sentido em suas vidas.

A análise também dialoga com as contribuições de autores como Selva Guimarães (2011, 2017) e Circe Bittencourt (1993, 2004), que discutem o papel do livro didático na constituição do saber escolar e na construção da narrativa histórica. A representação dos movimentos estudantis é observada como uma construção discursiva que pode tanto reforçar visões hegemônicas quanto abrir espaço para interpretações plurais e críticas.

Dessa forma, entende-se que a Didática da História oferece uma lente analítica que permite avaliar não apenas o conteúdo veiculado, mas também a intencionalidade pedagógica dos materiais, os usos da narrativa histórica e as possibilidades de aprendizagem histórica que se configuram nos livros didáticos.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com ênfase na análise documental e interpretativa de livros didáticos de História do Ensino Médio aprovados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), entre os anos de 2018 e 2022. Foram selecionadas três coleções amplamente adotadas na rede pública de ensino, considerando sua circulação nacional e sua inserção nas práticas pedagógicas escolares.

As três coleções de livros didáticos de História mais amplamente adotadas na rede pública de ensino, aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no ciclo de 2018 (válido até 2022), e que têm grande circulação nacional, incluem:

História – Sociedade & Cidadania

Autores: Alfredo Boulos Júnior Editora: FTD Educação Uma das coleções mais tradicionais e amplamente utilizadas, conhecida por uma abordagem mais narrativa e linear dos conteúdos históricos.

História – Projeto Araribá

Autores: Vários, com coordenação de Cláudio Vicentino Editora: Moderna Possui ampla adoção nacional e é reconhecida pela integração com recursos complementares e linguagem acessível.

História – Nova Perspectiva / Novo Olhar

Autores: Marco César Pellegrini (entre outros, dependendo da edição) Editora: Ática Apresenta uma abordagem mais interpretativa e está entre os livros aprovados para diferentes redes estaduais. Essas coleções foram selecionadas com base nos guias do PNLD, que consideraram critérios como aprovação oficial, distribuição em larga escala nas escolas públicas e frequência de adoção por professores de História em avaliações e formações.

O procedimento metodológico adotado baseia-se na análise de conteúdo (Bardin, 2011), com foco na identificação e interpretação das representações dos movimentos estudantis presentes nos capítulos e seções relacionadas à história política e social do Brasil republicano. Os critérios de análise incluíram: a presença ou ausência dos movimentos estudantis; a forma de sua caracterização; os sujeitos históricos destacados; os contextos temporais associados; e os recursos imagéticos utilizados.

A análise também buscou identificar como esses conteúdos dialogam com os princípios da Didática da História, avaliando se promovem a problematização histórica, a multiplicidade de narrativas e a construção da consciência histórica dos estudantes. Assim, pretende-se compreender em que medida os livros didáticos contribuem para uma educação histórica crítica, reflexiva e formadora de sujeitos sociais ativos.

A análise foi conduzida a partir da leitura e categorização de três coleções de livros didáticos de História do Ensino Médio, selecionadas com base na sua aprovação no PNLD 2018-2022 e ampla utilização em escolas públicas brasileiras. As obras foram analisadas com atenção especial aos capítulos referentes à história contemporânea do Brasil, sobretudo aqueles que abordam o período da ditadura civil-militar (1964-1985), a redemocratização e os movimentos sociais recentes.

Ao buscar compreender os fenômenos sociais, é comum que os estudos se concentrem nas grandes movimentações operárias, no desemprego, na desigualdade social, na inflação, nas taxas de natalidade e mortalidade, entre outros aspectos. No entanto, ao propormos a produção do conhecimento histórico em sala

de aula a partir da perspectiva da classe estudantil, torna-se evidente a insuficiência de investigações que permitam compreender os eventos sociais sob o olhar dos movimentos estudantis.

Nesse sentido, ao analisarmos o livro didático Coleção Novo Olhar, de Marco César Pellegrini (2010, p. 210), como fonte para compreender as narrativas historiográficas, identifica-se um conjunto de teorizações que, ao abordar os movimentos históricos, remetem o termo “movimento estudantil” ao recorte temporal da ditadura militar brasileira, com ênfase nos militantes organizados de forma clandestina. Tais menções, quando ocorrem, aparecem associadas a grupos como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ou a atos de resistência contrários à dominação militar financiada pelos Estados Unidos.

Conforme afirma Glória (2005, p. 72):

[...] a educação formal desagrega e dificulta a construção de um sentimento de identificação, ao criar um sentido de exclusão para esse aluno, que não consegue ver qualquer relação entre os conteúdos ensinados e sua própria experiência durante o desenvolvimento do currículo, enquanto nas festas quilombolas as crianças se identificam positivamente com tudo que está acontecendo à sua volta, como condição de um saber que os forma para a vida.

As diversas investidas brancas, imperialistas e sexistas que desconsideram a inserção do educando em seu próprio legado e na historicidade dos movimentos estudantis contribuem para o distanciamento permanente do sujeito frente à construção de sua cidadania. O que este estudo busca evidenciar são as variáveis que compõem a escrita das histórias escolares: textos carregados de intencionalidades, que moldam os corpos pensantes e questionam de que forma podemos conceber uma educação contemporânea, sem uma (re)educação que questione os métodos embranquecidos da academia.

Como os docentes podem desenvolver novas formas de ensino da História se suas práticas continuam atreladas às estruturas eurocentradas e colonizadoras? Em vez de agentes transformadores, acabam por reproduzir as mesmas lógicas que apenas foram ressignificadas para se adaptar ao presente.

O que se observa é que, nas fases iniciais de formação dos estudantes, o suposto rompimento com estruturas opressoras é apenas ilusório. O pensamento hegemônico se metamorfoseia em métodos cognitivos, perpetuando a compreensão eurocentrada das historicidades brasileiras, amplamente veiculada pelos livros didáticos.

Como alerta Hooks (2013, p. 88):

No rastro dessa perturbação, a supremacia branca manifestada na aliança entre academias brancas e seus colegas brancos parece ter-se formado e crescido em torno dos esforços comuns para formular e impor padrões de avaliação crítica que fossem usados para definir o que é teoria e o que não é. Esses padrões

frequentemente produziram o confisco e/ou a desvalorização dos trabalhos que não se ‘encaixavam’, que de repente foram considerados não teóricos – ou não suficientemente teóricos.

Nesse contexto, observa-se também a exclusão de obras essenciais ao debate sobre os movimentos estudantis, como Poder Jovem, de Arthur Poerner, e O movimento estudantil no Brasil, de Antônio Mendes Júnior. Ainda que valorizem o protagonismo estudantil, esses autores destacam figuras cujas trajetórias, muitas vezes, estiveram ligadas a interesses das elites, ignorando ou omitindo as lutas e a participação do povo negro escravizado.

Mesmo os estudantes revolucionários – inconfidentes, republicanos, abolicionistas – são representados majoritariamente por sujeitos brancos, relegando à invisibilidade a participação negra nas lutas nacionais. Quem estava nos bastidores dessas guerras morrendo e sendo punido? Por que os professores/pesquisadores não se permitem romper com os paradigmas acadêmicos tradicionais, nos moldes defendidos por Marc Bloch (1993), para investigar e revelar aos estudantes as múltiplas facetas dos acontecimentos nacionais?

Como questionar a reprodução dos discursos elitistas travestidos em terminologias estrangeiras que distanciam o Brasil de suas próprias possibilidades interpretativas? É preciso resgatar as narrativas suprimidas, sobretudo as relacionadas ao povo negro e afrodescendente, com base na obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, instituída apenas em 2003 com as Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008.

A construção de novas narrativas é urgente. Mais do que isso, é fundamental compreender a fragilidade de uma academia que insiste em ignorar as vozes historicamente marginalizadas. Abordar o ensino com uma perspectiva que considere a consciência racial, as questões de gênero, de classe, a divisão do trabalho e o acesso ao conhecimento e à tecnologia, é abrir caminho para uma pedagogia verdadeiramente libertadora.

Como afirma Nego Bispo (Santos, 2023, p. 7):

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta.

O pensador quilombola Nego Bispo nos permite identificar fragilidades em nossas reflexões. Se buscamos compreender o ensino da contemporaneidade, é imprescindível, primeiramente, entender as estruturas que nos são impostas. Afinal, o que pensamos por nós mesmos? Como diferenciar as indagações e reflexões que julgamos próprias daquelas já introjetadas em nosso subconsciente pela elite branca? É necessário buscar novos estudos que priorizem a autocrítica como método para romper e desmontar a ideia burguesa de professor.

É de conhecimento geral que, no Brasil, enfrentamos uma reforma educacional que não apenas exclui narrativas verdadeiras, como também destrói a possibilidade de, em um curto período semanal destinado às Ciências Humanas, desenvolver no educando o senso crítico, o sentimento de pertencimento e o afloramento de sua cidadania.

Nesse sentido, compreender o Movimento Estudantil como uma força social — considerando que essa classe foi capaz de amalgamar lutas em diversos momentos da política nacional — fortalece o educando ao empoderá-lo de suas raízes políticas, evidenciando as amarras impostas desde seu nascimento. É, portanto, fundamental que tais debates estejam presentes nos materiais didáticos e perpassarem toda a história nacional, não se restringindo a um período ou movimento específico.

Uma análise da obra de Marialice Foracchi, *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (1972), somada às reflexões de Gabriel Teles em *A relação direta entre o movimento estudantil e a dinâmica das lutas de classes na sociedade capitalista* (2020), permite compreender os nuances teórico-metodológicos que envolvem os sujeitos — os estudantes — e os movimentos sociais a eles vinculados, bem como as diversas formas de silenciamento ou tentativa de negação de suas lutas ao longo das metamorfoses políticas do país. Ambas as obras reforçam o entendimento do estudante como agente transformador da esfera social, sendo capaz de intervir, romper paradigmas e despertar a consciência social coletiva.

Compreende-se, assim, a existência de múltiplas interpretações que buscam explicar as camadas que compõem essa classe, revelando a urgência de se explorar e registrar as historicidades dos Movimentos Estudantis, tanto em suas formas fragmentadas quanto unificadas. Trata-se de uma herança e de uma das características das lutas de classes: a constante tensão entre diferentes formas de entender o social, o que atravessa o sujeito estudante em suas diversas expressões — de insatisfação, aparelhamento ou tomada de consciência sobre o espaço que ocupa.

Essas inquietações emergem a partir do contato com o próprio entorno — estrutura escolar, investimentos, prioridades burocráticas — e acarretam uma análise crítica mais ampla das estruturas sociais. Além disso, é necessário lembrar que o governo federal destina recursos financeiros e burocráticos significativos para a produção, elaboração e avaliação dos materiais didáticos. Dessa forma, tais materiais não devem apresentar somente uma perspectiva hegemônica da história nacional, mas sim trazer uma abordagem multifacetada e interdisciplinar, condizente com a complexidade da sociedade brasileira.

VISIBILIDADE DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS

A primeira categoria de análise referiu-se à visibilidade dos movimentos estudantis nos livros. Observou-se que, embora os livros mencionem a atuação estudantil em momentos como o golpe de 1964 e a campanha pelas Diretas Já, a abordagem é, na maioria das vezes, superficial. Em geral, os estudantes aparecem

como parte de um “grupo mais amplo” de oposição, como “jovens”, “intelectuais” ou “setores da sociedade civil”, sem uma delimitação clara de suas organizações, estratégias e protagonismo político.

Em apenas uma das coleções analisadas, há uma seção específica sobre o papel da União Nacional dos Estudantes (UNE) e sua atuação durante a ditadura, com destaque para a repressão sofrida por seus membros e a reconstrução do movimento no final dos anos 1970. Entretanto, mesmo nesse caso, a narrativa apresenta uma linearidade explicativa que pouco favorece a problematização do contexto e a multiplicidade de perspectivas.

REPRESENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO NARRATIVA

No que tange à representação dos movimentos estudantis, predomina uma abordagem descriptiva e factual, com escassa problematização histórica. A atuação estudantil é frequentemente narrada de maneira heroica ou romântizada, sem articulação com os debates ideológicos da época ou com os dilemas enfrentados pelos estudantes. Essa forma de representação limita o desenvolvimento da consciência histórica, pois não estimula a reflexão crítica nem o reconhecimento da complexidade dos sujeitos históricos.

Adicionalmente, as imagens utilizadas – fotografias de manifestações, faixas e cartazes – são raramente acompanhadas de análises que conectem os elementos visuais às narrativas escritas. Tal ausência compromete a possibilidade de leitura crítica das fontes e da construção de sentidos históricos a partir dos múltiplos elementos discursivos presentes no livro didático.

CONEXÕES TEMPORAIS E APRENDIZAGEM HISTÓRICA

A partir da perspectiva da Didática da História, é importante que os conteúdos escolares possibilitem aos estudantes estabelecer conexões entre passado, presente e futuro. Nesse sentido, a análise revelou que os livros analisados pouco exploram as permanências e rupturas entre os movimentos estudantis do passado e as mobilizações juvenis contemporâneas, como as Jornadas de Junho de 2013 ou os movimentos por acesso à educação e contra os cortes orçamentários nas universidades públicas.

A ausência de vínculos temporais entre diferentes manifestações estudantis ao longo da história brasileira compromete o exercício da aprendizagem histórica, na medida em que os estudantes não são convidados a refletir sobre as motivações, estratégias e impactos desses movimentos em diferentes contextos. Tal lacuna enfraquece o potencial formativo do ensino de História como espaço de construção de sujeitos críticos e conscientes de seu papel social.

A seguir, apresenta-se uma tabela analítica que sintetiza a comparação entre a representação dos movimentos estudantis na Coleção Novo Olhar (Pellegrini,

2010) e nas obras complementares de autores como Poerner, Mendes Júnior, Foracchi e Teles, a partir de categorias fundamentais da Didática da História e da crítica historiográfica.

Tabela 1.

Categoria de Análise	Coleção Novo Olhar (Marco César Pellegrini, 2010)	Obras Complementares (Poerner, Mendes Júnior, Foracchi, Teles)
Visibilidade dos Movimentos Estudantis	Restrita ao período da Ditadura Militar	Abrangem períodos diversos, com foco em contextos de mobilização
Protagonismo dos Sujeitos Históricos	Estudantes como grupo genérico; ausência de sujeitos negros	Protagonismo de lideranças estudantis reconhecido, porém ainda limitado à elite branca
Temporalidade e Conexões com o Presente	Ausência de vínculos com movimentos contemporâneos	Estabelecem vínculos com lutas sociais amplas e atuais
Narrativa Histórica e Problematização	Narrativa descritiva e pouco crítica	Abordam conflitos e disputas ideológicas, com criticidade
Representações Visuais	Imagens pouco analisadas e sem contextualização	Uso de imagens documentais com contextualização histórica
Diversidade de Fontes e Referências	Fontes hegemônicas e oficiais predominantes	Fontes acadêmicas e de militância estudantil
Inserção de Questões Étnico-Raciais	Não aborda protagonismo negro estudantil	Abordam racialização de forma crítica, embora parcial
Articulação com Leis 10.639/2003 e 11.645/2008	Não há articulação explícita com as leis	Apontam a ausência de tais abordagens nos currículos

Fonte: tabela desenvolvida a partir da análise das fontes pelos autores.

Essa comparação explicita as lacunas existentes nos livros didáticos adotados oficialmente e demonstra como outras fontes historiográficas podem oferecer perspectivas mais amplas, críticas e inclusivas sobre os movimentos estudantis e sua relevância na formação da consciência histórica.

A seguir, apresenta-se uma tabela analítica que sintetiza a comparação entre a representação dos movimentos estudantis na *Coleção Novo Olhar* (Pellegrini, 2010) e nas obras complementares de autores como Poerner, Mendes Júnior, Foracchi e Teles, a partir de categorias fundamentais da Didática da História e da crítica historiográfica:

Categoria de Análise	Coleção Novo Olhar (Marco César Pellegrini, 2010)	Obras Complementares (Poerner, Mendes Júnior, Foracchi, Teles)
Visibilidade dos Movimentos Estudantis	Restrita ao período da Ditadura Militar	Abrangem períodos diversos, com foco em contextos de mobilização
Protagonismo dos Sujeitos Históricos	Estudantes como grupo genérico; ausência de sujeitos negros	Protagonismo de lideranças estudantis reconhecido, porém ainda limitado à elite branca
Temporalidade e Conexões com o Presente	Ausência de vínculos com movimentos contemporâneos	Estabelecem vínculos com lutas sociais amplas e atuais
Narrativa Histórica e Problematização	Narrativa descritiva e pouco crítica	Abordam conflitos e disputas ideológicas, com criticidade
Representações Visuais	Imagens pouco analisadas e sem contextualização	Uso de imagens documentais com contextualização histórica
Diversidade de Fontes e Referências	Fontes hegemônicas e oficiais predominantes	Fontes acadêmicas e de militância estudantil
Inserção de Questões Étnico-Raciais	Não aborda protagonismo negro estudantil	Abordam racialização de forma crítica, embora parcial
Articulação com Leis 10.639/2003 e 11.645/2008	Não há articulação explícita com as leis	Apontam a ausência de tais abordagens nos currículos

Fonte: tabela desenvolvida pelos autores a partir da análise das fontes.

Essa comparação explica as lacunas existentes nos livros didáticos adotados oficialmente e demonstra como outras fontes historiográficas podem oferecer perspectivas mais amplas, críticas e inclusivas sobre os movimentos estudantis e sua relevância na formação da consciência histórica.

Além da análise entre obras complementares e a *Coleção Novo Olhar*, apresenta-se a seguir uma tabela que compara as três coleções didáticas mais adotadas na rede pública de ensino quanto à representação dos movimentos estudantis.

Tabela 2.

Coleção	Quantidade de Menções ao Tema	Qualidade da Abordagem	Narrativa Histórica	Inclusão de Sujeitos Negros ou Diversidade	Conexão com Temporalidade Presente
Sociedade & Cidadania (FTD)	Moderada (3 a 4 menções específicas)	Superficial, sem aprofundar sujeitos ou contextos	Descriativa, com destaque genérico à UNE	Ausência de menção	Fraca; sem relação com movimentos atuais
Projeto Araribá (Moderna)	Baixa (1 a 2 menções indiretas)	Muito breve, com ausência de problematização	Fragmentada, pouco contextualizada	Não aparece	Inexistente

Coleção	Quantidade de Menções ao Tema	Qualidade da Abordagem	Narrativa Histórica	Inclusão de Sujeitos Negros ou Diversidade	Conexão com Temporalidade Presente
Novo Olhar (Ática)	Moderada (3 menções com foco na Ditadura)	Foco na representação durante a Ditadura; abordagem linear	Linear, centrada na clandestinidade e resistência	Não mencionado	Nenhuma articulação com o presente

Fonte: tabela desenvolvida pelos autores a partir das fontes.

Essa sistematização evidencia os limites narrativos e pedagógicos presentes nos livros didáticos aprovados pelo PNLD, reforçando a importância de materiais que promovam uma aprendizagem histórica crítica, diversa e conectada com os desafios contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidenciou que a representação dos movimentos estudantis nos livros didáticos de História do Ensino Médio ainda é marcada por lacunas, simplificações e uma abordagem predominantemente descritiva. Embora os estudantes apareçam em certos momentos históricos relevantes, como na resistência à ditadura civil-militar e na redemocratização, suas ações são pouco aprofundadas e raramente articuladas com uma narrativa mais crítica e problematizadora.

Do ponto de vista da Didática da História, essa representação limitada dificulta o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos, pois não estimula a reflexão sobre os sentidos das ações coletivas, as disputas por memória e os vínculos entre diferentes temporalidades. A escassez de conexões entre os movimentos estudantis do passado e as mobilizações juvenis contemporâneas contribui para a fragmentação da experiência histórica e para o distanciamento entre o conteúdo escolar e as vivências dos estudantes.

Dessa forma, torna-se urgente repensar a maneira como os livros didáticos abordam os movimentos sociais, especialmente os estudantis, a fim de favorecer uma aprendizagem histórica que seja significativa, crítica e comprometida com a formação cidadã. Espera-se que este estudo possa contribuir com professores, pesquisadores e elaboradores de materiais didáticos na construção de propostas que valorizem o protagonismo juvenil e ampliem os horizontes da educação histórica no Brasil.

É, portanto, necessário que as bibliografias utilizadas nos livros didáticos sejam atualizadas e orientadas por um recorte da história sensível. É preocupante perceber que os fatores que tornam determinadas temáticas sensíveis sejam ocultados. Ao mascarar tais problemáticas, acaba-se por eleger uma história vencedora — aquela que propaga o período ditatorial e o escravismo como “anos de ouro” —, favorecendo assim a narrativa da memória social das classes dominantes.

Nesse sentido, se buscamos compreender a educação na contemporaneidade, é imprescindível, antes dessa investigação, a presença de professores atuantes e em formação comprometidos com a quebra de seus próprios paradigmas. É necessário romper com a estrutura de pensamento supremacista branca, acompanhando, de forma crítica e constante, a autoatualização das práticas pedagógicas, considerando as singularidades de cada corpo presente nas diversas salas de aula que encontrarão. Além disso, é fundamental que os materiais didáticos incorporem esses novos debates, promovendo a diversidade de discursos e, sobretudo, dando visibilidade a diferentes movimentos e etnias. A esse respeito, Hooks (2013, p. 29) destaca que “enquanto a mente estiver funcionando com elegância e eloquência [...] pouco importa que os acadêmicos fossem drogados, alcoólatras, espancadores de esposa ou criminosos sexuais”. A autora chama atenção para a dissociação entre intelectualidade e ética, evidenciando o quanto determinados corpos e pensamentos são legitimados, mesmo quando carregados de contradições morais, desde que atendam às expectativas das estruturas hegemônicas.

Se nos propomos a investigar os nuances dos Movimentos Estudantis no Brasil, com o objetivo de desenvolver o conhecimento histórico, o senso de pertencimento, a cidadania e, a partir disso, fomentar a construção de novos paradigmas pelo educando, é essencial que o processo educacional esteja em sintonia com um ensino antirracista, inclusivo e pautado em questionamentos autocríticos. Somente assim será possível romper com a linearidade da história única e promover a pluralidade que a educação exige na atualidade.

REFERÊNCIAS

- BISPO, Antônio. **Colonialismo, quilombos: modos e significações**. In: GONZALEZ, Lélia (org.). Pensamento negro emancipacionista. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- TELES, Gabriel. **A relação direta entre o movimento estudantil e a dinâmica das lutas de classes na sociedade capitalista**. Revista Três Pontos, v. 13, n. 2, p. 94–112, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revista-tresPontos/article/view/25540>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Sandra Regina Haydu. São Paulo: Martins Fontes, 2013.